



Líderes se reúnem para definir dia de votação dos *royalties*



Jonas Pereira/Senado Federal



Waldemir Borreto/Senado Federal

Presidente do Senado, José Sarney, que convocou líderes para reunião; entre José Pimentel (E) e Francisco Dornelles, Wellington Dias fala sobre *royalties* do petróleo

Havendo adiamento, Senado poderá votar projeto alternativo de consenso

Em entendimento com o presidente da Câmara, Marco Maia, o presidente do Senado, José Sarney, marcou reunião dos líderes para hoje. Decidirão se adiam a sessão de amanhã do Congresso que analisará o veto à Emenda Ibsen, que distribui igualmente os *royalties* do petróleo. **4 e 5**

especial Cidadania

Projeto garante a pescadores condições de regularização

Nas condições atuais, trabalhadores da pesca industrial trabalham sem carteira assinada para se apresentarem

como artesanais e receberem seguro-defeso. Projeto em fase final de tramitação vai reequilibrar os registros. **8**



A pesca industrial, pelo projeto, terá acesso a juros menores e financiamento

Senador quer ouvir diretor do Dnit sobre nova denúncia **7**

Senadora exalta Brasil sem Miséria na região Norte **6**

Projeto cria ajuda do DF e Goiás a cidades do Entorno **3**

Comissão debate Enem e os rumos do ensino **6**



Fernando Collor (2º à esq.) coordena debate na CRE sobre política externa

Debatedores alertam para ameaças externas potenciais

Especialistas na área de defesa não veem ameaças concretas de curto prazo, mas dizem em debate na Comissão

de Relações Exteriores que o Brasil deve traçar estratégia de segurança levando em conta ameaças potenciais. **3**

Doris Peixoto fez balanço positivo das medidas já tomadas pelo Senado para garantir condições físicas e de trabalho mais acessíveis às pessoas com deficiência



Cecília Alecrim, Aires das Neves Junior e Patrícia Neves Raposo debatem avanços já obtidos pelas pessoas com deficiência

Diretora-geral: acessibilidade é trabalho permanente

O SENADO AVANÇOU bastante em matéria de inclusão nos últimos anos, mas ainda há muito a ser feito no sentido de sensibilizar as pessoas que trabalham na instituição para ampliar a acessibilidade dos servidores e de quem visita a Casa.

A avaliação foi feita ontem pela diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, em palestra no *workshop* "Deficiência: uma questão de todos – integrar para não excluir", realizado no auditório do Interlegis.

O objetivo do evento foi orientar e sensibilizar a comunidade do Senado sobre a acessibilidade da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho.

Doris Peixoto afirmou que o Senado não pode estar alheio à inclusão da pessoa com deficiência, pressuposto básico para a convivência social no século 21. Ela lembrou que, há alguns anos, a Casa não estava preparada para receber as pessoas com deficiência. Não havia rampas, cadeiras motorizadas, instalações sanitárias adaptadas e nem o conceito de acessibilidade, que

engloba ainda acesso à informação, à comunicação, ao conhecimento, à cultura, ao lazer e aos contextos sociais.

Atualmente, ressaltou, o Senado é muito mais acessível e dispõe de um Programa de Qualidade de Vida e Reabilitação Funcional. Também conta com uma Comissão de Acessibilidade, já tendo realizado seis edições da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. A Casa investiu ainda na implantação da audioteca; na interpretação em língua brasileira de sinais (Libras) das audiências e sessões comemorativas; e na imprensa em braile.

Doris Peixoto ressaltou que a TV Senado transmite o programa *Inclusão*, ganhador de diversos prêmios jornalísticos de temática social. Em 2010, a Secretaria de Recursos Humanos, por sua vez, implantou o Programa Integrar.

Essas iniciativas, segundo a diretora-geral, serviram para mudar a cultura da Casa e o comportamento de seus servidores em relação às pessoas com deficiência.

Doris Peixoto explicou que, a partir de entrevistas e visitas aos locais de trabalho dos servidores com deficiência, verificou-se que ainda é preciso sensibilizar os demais funcionários. É preciso, também, conscientizar os servidores sobre a existência de uma legislação sobre o tema da acessibilidade.

A professora Patrícia Neves Raposo, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), lembrou que o Brasil ratificou convenção internacional sobre direitos das pessoas com deficiência, que prevê a garantia, entre outras, de acesso ao mercado de trabalho. Nesse sentido, Patrícia, que é cega, reconheceu que houve avanços, como o estabelecimento de cotas para pessoas com deficiência, mas destacou que é preciso avançar mais.

– Precisamos muito e urgentemente rever essa lei de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho e nos concursos públicos. Precisamos de fato criar igualdade de oportunidades.

CCT debate pagamento por serviços ambientais

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realiza audiência pública, amanhã, às 9h, para ouvir sugestões de especialistas a respeito da inclusão, no texto do projeto do novo Código Florestal (PLC 30/11), de mecanismos de pagamento por serviços ambientais prestados por produtores rurais.

Segundo o presidente da CCT, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), autor do pedido da audiência, o objetivo da reunião não será a definição de limites e obrigações a serem impostas aos agricultores, mas sim buscar contribuições de natureza técnica e científica para a criação de instrumentos econômicos que possibilitem e incentivem a preservação de áreas protegidas, assim como a recuperação de áreas degradadas.

Para participar da audiência pública, foram convidados o professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) Gerd Sparovek; o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Ivan André Alvarez; e o advogado e sócio do Escritório Pinheiro Neto Advogados Werner Grau Neto.

Em análise, impacto da reforma na cafeicultura

Representantes de produtores de café do Sul de Minas Gerais vão participar amanhã, às 14h, de audiência pública para discutir os impactos da reforma do Código Florestal (PLC 30/11) sobre a atividade.

Segundo Clésio Andrade (PR-MG), autor do requerimento da reunião, os cafeicultores do Sul de Minas estão preocupados com alterações que o projeto, já aprovado na Câmara, possa sofrer durante a tramitação no Senado. Para ele, mudanças no texto podem colocar na ilegalidade a produção de café na região, realizada em topos de morros e encostas.

O texto do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) autoriza as lavouras de café implantadas nessas áreas, que passariam a ser consideradas atividades agrícolas consolidadas.

Entre os convidados para o debate, estão o presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda (Cooxupé), Carlos Alberto Paulino; o coordenador-geral do Conselho Nacional do Café (CNC), Mauricio Miarrelli; o secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Manoel Bertone.

A reunião será conjunta das comissões de Meio Ambiente (CMA), Agricultura (CRA) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Três MPs trancam a pauta

12h Sessão extraordinária para discussão, em primeiro turno, das propostas de emenda à Constituição 37, 38, 42 e 63/11. Às 14h, sessão deliberativa. A pauta está trancada por três medidas provisórias.

Presidência Reunião com líderes partidários

11h O senador José Sarney recebe a ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Maria Cristina Peduzzi; às 12h, preside sessão extraordinária para discussão das PECs 37, 38, 42 e 63/11; às 14h30, se reúne com líderes do Senado e da Câmara; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CMO Seminário regional em São Paulo

9h A Comissão Mista de Orçamento realiza seminário regional, na Assembleia Legislativa de São Paulo, para discutir o projeto orçamentário de 2012 e o Plano Plurianual 2012–2015.

Drogas Conclusões preliminares

9h Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros para apresentação das conclusões preliminares do relatório final e exame de requerimentos.

CDH Movimentos sociais

9h Para debater a criminalização dos movimentos sociais, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa convidou, entre outros, a presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Manuela D'Ávila.

Faixa de Fronteira Plano estratégico

9h A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que integra a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, debate o plano estratégico para as fronteiras.

CAE Certidão anual de débitos

10h A Comissão de Assuntos Econômicos examina, entre outros, projeto que obriga as empresas a fornecerem certidão anual de quitação de débitos.

CE Resultados do Enem

10h Os resultados do Enem e os rumos do ensino médio serão discutidos na Comissão de Educação com o ministro da Educação, Fernando Haddad, e a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Maria Nilene da Costa.

CCJ Dois novos conselheiros do MP

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sabatina dois indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público: Fabiano Silveira e José Barroso Filho.

CPI do Tráfico de Pessoas Turismo sexual

11h A Comissão Parlamentar do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas promove audiência pública para ouvir quatro suspeitos envolvidos em turismo sexual.

CMA Libertação de animais silvestres

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle vota em turno suplementar projeto determinando que os animais silvestres apreendidos devem ser libertados em seu *habitat*.

CDR Controle de gastos com a Copa

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional vota projeto que estabeleça as diretrizes gerais da política urbana. Após a reunião, audiência pública da Subcomissão Temporária da Copa do Mundo, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos sobre gastos públicos. Participam o ministro da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage, e Marcelo Luiz da Eira, representando o Tribunal de Contas da União.

Mercosul Mudança no regimento interno

14h30 A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul se reúne para apresentar as propostas de modificação do regimento interno.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Rolleberg: "Distrito Federal tem que ajudar cidades do Entorno"

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) disse ontem que é uma questão estratégica resolver os problemas das cidades no Entorno do Distrito Federal. Ele ressaltou que essas cidades são "filhas" de Brasília e dependem da capital, que tem responsabilidade sobre os seus destinos, pois estão entre as mais pobres do Brasil.

De acordo com o senador, as atividades de agricultura e indústria não correspondem nem a 20% da economia dessas cidades. Sua proposta é destinar progressivamente um percentual do Fundo Constitucional dos Estados e do Distrito Federal para investimentos nos municípios do Entorno. O governo de Goiás também seria obrigado a contrapartida no mesmo valor. A contribuição do Distrito Federal e de Goiás evoluiria 0,5% ao ano até atingir 5% em dez anos.



Waldemir Barreto/Senado Federal

O senador alega que as cidades do Entorno são "filhas" de Brasília

A União participaria com 30% da contribuição de cada estado.

Rolleberg disse que, diante das "veementes" reações a favor e contra a proposta, solicitou ao líder do PT, Humberto Costa (PE), que o indicasse como membro titular da Comissão do Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde pretende aprofundar o debate.

Raupp defende a PEC dos soldados da borracha

Valdir Raupp (PMDB-RO) lamentou a demora na apreciação, pela Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 556/02 que concede os mesmos direitos dos soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB) aos seringueiros conhecidos como soldados da borracha. A matéria tramita na Casa há quase dez anos e está pronta para ser votada desde o final de 2009.

Entre os benefícios da PEC estão aposentadoria e pensão especial. Soldados da borracha são brasileiros que entre os anos de 1943 e 1945 foram alistados e transportados para a Amazônia com o objetivo de extrair borracha para uso dos Estados Unidos durante a 2ª Guerra Mundial.

Raupp afirmou que aqueles seringueiros também defenderam a Pátria e lutaram pela



Waldemir Barreto/Senado Federal

O senador lamenta que a proposta tramite há dez anos na Câmara

segurança nacional. Ele lembrou que os soldados enfrentaram muitos riscos, como animais e doenças, e hoje são idosos com privação material.

– Nada mais razoável do que lhes conceder os mesmos direitos da FEB – ressaltou.

A PEC é de autoria da então deputada e hoje senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Raupp registrou que a cineasta acriana Eva Neide, filha de um soldado da borracha, está produzindo filme sobre esse assunto, a ser lançado até o fim do ano.

Jucá destaca aniversário de Roraima, criado há 23 anos

A criação do estado de Roraima completa 23 anos amanhã, data em que foi promulgada a Constituição que transformou os antigos territórios federais em estados. O registro foi feito ontem por Romero Jucá (PMDB-RR).

O senador disse que viu Roraima progredir, crescer, enfrentar desafios, aumentar a sua população, mas também viver grandes problemas e entraves que precisam ser sanados. Ele

manifestou sua confiança no futuro do estado, "que é promissor, feito de gente trabalhadora, com clima excelente e com condições de se tornar um polo de desenvolvimento econômico na região".

Entre as necessidades de Roraima, o senador apontou a conclusão de várias estradas federais; a implantação da linha de transmissão Manaus-Boa Vista; a conclusão da regularização das terras, para que os produtores possam ter seus títulos de propriedade e tranquilidade para investir; e o zoneamento agroecológico, para que se implante um modelo de desenvolvimento sustentável.

– São desafios que se colocam nesses 23 anos, mas eu tenho fé e confiança de que o estado vai efetivamente ser um modelo para o nosso país, vai vencer esses desafios, vai construir seu modelo econômico e vai gerar o progresso e o desenvolvimento que quer a população.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador aponta que o estado espera conclusão de várias estradas federais

Os debatedores que estiveram na CRE não identificaram ameaças imediatas, mas apontaram que uma estratégia de segurança exige o exame dos possíveis atritos

Especialistas alertam para ameaças potenciais ao Brasil

EMBORA NÃO SE identifique nenhuma ameaça concreta de curto prazo à integridade do país, o Brasil precisa levar em conta ameaças potenciais ao traçar a sua estratégia de segurança nacional. A recomendação foi feita por especialistas na área de defesa que participaram de audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), dentro do ciclo Rumos da política externa brasileira (2011-2012).

O general Luiz Eduardo Rocha Paiva, da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, defendeu maior integração entre diplomacia e defesa nacional. Ele lamentou que as lideranças militares tenham sido "alijadas do núcleo decisório de Estado" e alertou que "áreas de fricção" internacionais começam a aproximar-se da costa ocidental da África e

do Atlântico Sul. É necessária uma estratégia, na sua opinião, para proteger os aquíferos do país, os minerais estratégicos, a biodiversidade, o petróleo e o gás. Para ele, o estado de Roraima já pode ser considerado um alvo de ameaça, assim como a região da foz do Amazonas. Ele lembrou ainda a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa e com dois países – Suriname e Guiana – muito ligados a potências europeias que integram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

– As Guianas são uma cabeça de ponte da Otan. Precisamos encarar os conflitos enquanto eles são ainda apenas possíveis e fazer o possível para que não se tornem prováveis, pois aí já seria tarde demais. Defesa não se improvisa – afirmou Paiva no painel O papel das Forças Armadas, a que compareceram diplomatas de países como

Cuba, Venezuela, Irã e Índia.

O poder de influência da Otan também foi ressaltado por João Quartim de Moraes, professor titular da Unicamp. Ele recordou que a organização não foi dissolvida após o fim da Guerra Fria. Ao contrário, ela se fortaleceu e mostrou "maior agressividade do que tinha mostrado até então". Em vez do período de paz que se esperava no início da década de 90, teve início uma "sequência quase ininterrupta de agressões abertas e descaradas", como parte de "recolonização planetária" pela Otan.

– É perceptível uma ameaça ao Brasil do bloco da Otan? Não. Mas devemos desencorajar expectativas de alguém que queira apoderar-se daquilo que nós temos e os demais não têm. Ou então renunciarmos à política externa independente – disse Quartim.



Moacir Mariz/Senado Federal

Luiz Eduardo Rocha Paiva (E), Fernando Collor, Joannisval Brito Gonçalves e João Quartim de Moraes: defesa em vista

Faltam opiniões sobre defesa, lamenta consultor

O consultor do Senado Joannisval Brito Gonçalves lamentou o desinteresse dos formadores brasileiros de opinião a respeito do tema da defesa nacional. Falta uma "percepção clara" das ameaças às quais o Brasil estaria submetido, avaliou.

O presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), recordou que, no seu governo, no início da década de 90, imaginava-se que o século 21 seria marcado apenas por guerras comerciais, o que "infelizmente não tem sido possível". Ele ressaltou, por outro

lado, que não foram os países emergentes os responsáveis pelos "dissabores" provocados pelas crises econômicas mundiais de 2008 e atual.

– Não fomos nós que criamos a crise. Foram os países mais ricos, que sempre souberam de tudo – disse Collor.

Exército poderá receber recursos do petróleo

O Exército pode contar com receitas da exploração de recursos naturais para reforço de ações de segurança nacional. Os recursos comporiam as receitas do Fundo do Exército, incluindo dinheiro arrecadado com a exploração do petróleo e do gás natural, como previsto em projeto (PLS 62/08) de Fernando Collor (PTB-AL) que será examinado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

De acordo com o projeto, que recebeu voto favorável do relator, Roberto Requião (PMDB-PR), as alíquotas sobre as compensações financeiras pagas à União pela utilização econômica de riquezas naturais serão majoradas, com repasse do aumento ao Fundo do Exército. Sobre a exploração do petróleo e do gás natural, por exemplo, está sendo considerado um aumento de 5% nas participações especiais e nos royalties.

Na utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica, o texto prevê que a alíquota seja ampliada de 6,75% para 7%. Na exploração de recursos minerais, a alíquota subirá em 0,5%.

Collor destacou que, entre as três corporações das Forças Armadas, o Exército é a única que só conta com recursos fiscais para fazer frente às suas obrigações, não tendo acesso a recursos extraorçamentários.

Sarney rebate acusações de parcialidade na discussão sobre royalties do petróleo

O presidente do Senado, José Sarney, classificou como “injustas e desinformadas” matérias publicadas na imprensa no fim de semana sobre sua posição na discussão sobre a divisão dos royalties do petróleo entre estados produtores e não produtores. Sarney afirmou ontem, em Plenário, que o assunto é “tão sério que não permite nenhuma leitura política partidária ou regional”. O presidente se referia, entre outras matérias, a entrevista no jornal *O Globo* em que Lindbergh Farias (PT-RJ) o acusa de querer beneficiar o Maranhão, em detrimento do Rio de Janeiro.

Sarney lembrou ter sido ele o responsável pela Lei 7.453/85, que dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e concede aos estados produtores de petróleo participação e direitos de royalties. A proposta foi sancionada por ele, então presidente da República, que recebeu então “diversas manifestações de gratidão de todo o povo carioca e fluminense”.

– Tenho sempre declarado ser favorável à manutenção dos direitos adquiridos dos estados produtores e, ao mesmo tempo, ao atendimento das necessidades de participação das riquezas encontradas no subsolo, propriedade da União, entre os diversos estados da Federação – disse.

Para o presidente do Senado, assuntos distintos, como os fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) e a distribuição de royalties, estão sendo confundidos. Os royalties surgiram por lei em sua gestão, mas os fundos foram criados pela Emenda Constitucional 18/65, ainda na vigência da Constituição de 1946, há mais de 45 anos.

A fórmula de distribuição dos recursos dos fundos entre estados e municípios foi criada pela Lei 5.172/66, do então presidente Castelo Branco, e consta no

artigo 86 do Código Tributário Nacional, que estabelece que, da arrecadação dos impostos de Renda (IR) e sobre os Produtos Industrializados (IPI), 10% serão destinados ao FPE e outros 10% ao FPM. Já quanto ao FPE, o artigo 88 do mesmo código dispõe que 5% serão distribuídos proporcionalmente à superfície de cada estado e do DF, e 95% conforme coeficiente de participação cujo cálculo, desde a criação dos fundos, é feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

José Sarney lembrou que a Constituição de 1988 preservou os fundos, aumentando significativamente seus percentuais, e que os critérios de distribuição foram definidos pela Lei Complementar 62/89, aprovada pelo Congresso Nacional.

– Repito que todas essas decisões foram tomadas pelo Congresso, a começar pela primeira, há 45 anos. Em nenhuma delas participei da votação, pois era governador do Maranhão e presidente da República. Não interessa a ninguém a radicalização desse enfrentamento federativo, porque abala a unidade nacional. Os homens públicos deste país devem ter sempre presente que a Federação e a República jamais devem ser ameaçadas por qualquer corporativismo – declarou o presidente.

Em apertes, Ana Amélia (PP-RS), Wilson Santiago e José Pimentel defenderam a posição neutra do presidente da Casa e sua condução equilibrada da discussão sobre o tema.

Francisco Dornelles afirmou que Sarney tem tratado o Rio de Janeiro com “amor e prioridade” e frisou que a bancada fluminense também busca um entendimento. Wellington Dias, por sua vez, ressaltou que não há clima de guerra entre os estados, mas que é preciso chegar a um consenso.

O assunto “é tão sério que não permite qualquer leitura política partidária ou regional”



José Sarney, entre Santiago (E) e Cavalcanti, lembra que sancionou primeira lei dos royalties

Relatório do plano plurianual deverá incorporar sugestões da sociedade

Walter Pinheiro (PT-BA) pretende incorporar ao relatório preliminar do Plano Plurianual 2012–2015 algumas das sugestões apresentadas pela população nos seminários regionais sobre o Orçamento de 2012, sobretudo as relacionadas à área social, como educação e saúde. O relatório preliminar deve ser apresentado no dia 19, após o encerramento do ciclo de debates.

Ontem, integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) participaram de seminários em Campo Grande e Goiânia. Hoje, será a vez de São Paulo; na quinta-feira, Rio Branco e Porto Velho; no dia 17, Vitória; e no dia 18, Porto Alegre.

Para o parlamentar, a realização dos seminários pela CMO é positiva, pois

envolve a participação dos prefeitos e de representantes da sociedade civil organizada na discussão da proposta orçamentária.

O senador considera que o debate favorece a apresentação de emendas e ajusta o Orçamento à realidade, criando responsabilidade para a execução da proposta orçamentária, rastreada no eixo planejador do PPA.

Pinheiro acredita que, à medida que os dois projetos andem juntos, é possível dizer o que se tem disponível para investir e como cada estado e cada município podem encaixar seus pleitos, de maneira a atender às reivindicações locais, mas guardando relação com uma execução mais ampla, de caráter estrutural.

Líderes do Senado hoje dia de votação

Apreciação do veto à Emenda Ibsen, que desagradou a estados produtores, está marcada para amanhã no Congresso; adiamento daria tempo para que Senado votasse proposta de consenso

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, em entendimento com o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, marcou para hoje à tarde uma reunião para que os líderes partidários das duas Casas decidam adiar ou não a sessão do Congresso Nacional em que senadores e deputados manterão ou derrubarão o veto do governo à Emenda Ibsen, incluída na Lei do Pré-Sal.

A Emenda Ibsen distribui entre todos os estados e municípios – tanto os produtores quanto os não produtores – as receitas geradas pela exploração do petróleo (os royalties). A emenda foi vetada em dezembro do ano passado pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva.

Caso o veto seja derrubado e a emenda entre em vigor, valerá a distribuição igualitária. Essa regra desagradou aos estados produtores, que hoje concentram o recebimento dos royalties do petróleo – Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo.

A sessão em que será derrubado ou mantido o veto à Emenda Ibsen está marcada para amanhã, mas um eventual adiamento daria mais tempo aos senadores para votar antes o Projeto de Lei do Senado (PLS) 448/11, do senador Wellington Dias (PT-PI), que também trata da distribuição de royalties e é considerado uma alternativa à derrubada do veto.

Apensado a mais de 20 outras

propostas sobre o mesmo assunto, o projeto de Wellington Dias ganhará um substitutivo, elaborado pelo relator, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que poderá representar um consenso entre União e estados, produtores ou não. A expectativa era que o substitutivo fosse apresentado hoje, mas é provável que o relator adie o prazo.

No entanto, ainda que haja consenso, o substitutivo ao projeto de Wellington Dias não poderá ser apreciado porque neste momento três medidas provisórias trancam a pauta de votação do Senado.

Sarney disse que a possibilidade de acordo e a votação dessas medidas provisórias serão discutidos pelos líderes nesta tarde.

– Se não resolvermos os líderes partidários votados [no Congresso] amanhã – afirmou.

Sarney havia com o projeto de amanhã com a aprovação do veto.

Sua intenção é o Legislativo e o Executivo sobre a redistribuição da participação e para evitar que o veto – possibilidade à União e aos estados.

– Ao longo dos meses, tenho estado [o veto] à deliberação do Congresso Nacional para encontrada uma solução suada entre os líderes.



Navio utilizado na exploração do petróleo sai da Baía de Guanabara

Wellington Dias: acordo sobre medidas provisórias

Um acordo sobre a análise de três medidas provisórias (MPs) que estão trancando a pauta de votação do Senado permitirá a votação do PLS 448/11, que trata da divisão dos royalties do petróleo, o mais tardar amanhã.

A previsão é do autor da proposta, Wellington Dias (PT-PI).

– As medidas provisórias não tratam de assuntos polêmicos. E há um entendimento com os relatores Valdir Raupp, Lúcia Vânia e

Cyro Miranda, que assumiram compromisso de apresentar seus relatórios na terça-feira [hoje], quando teremos chance de votar tais MPs e teremos condições de, em seguida, votar o projeto sobre os royalties – afirmou ele.

Segundo Wellington Dias, o relatório de Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao PLS 448/11 seria concluído ontem.

– É um projeto-âncora construído a partir de entendimentos, inclusive com a Câmara.

José Pimentel manifesta apoio a proposta que promove justiça na divisão dos royalties



Projeto promove justiça na divisão dos royalties entre estados e municípios, afirma Pimentel

José Pimentel (PT-CE) manifestou apoio ao projeto de seu colega Wellington Dias sobre a divisão dos royalties do petróleo e ressaltou que o pronunciamento do presidente da Casa, José Sarney, acerca do assunto, dá tranquilidade para que se chegue a um bom entendimento.

Na avaliação de Pimentel, a proposta (PLS 448/11) de Wellington Dias promove justiça na divisão dos royalties entre estados e municípios, atendendo ao princípio constitucional de que os recursos naturais da plataforma continental pertencem à União.

O parlamentar defende a proposta mantendo os atuais dos estados e também define a distribuição de recursos para educação e saúde, ciência e programas de erradicação da pobreza (30%).

José Pimentel defende o PLS 448/11 prevê em 2012, de R\$ 9 bilhões para a União, R\$ 12 bilhões para os estados e municípios produtores.

e da Câmara decidem o da partilha dos *royalties*

olvermos isso com
dários, o veto será
ngresso Nacional]
ou.

estabelecido o dia
o data final para a
eto.

era acelerar, entre o
xecutivo, um acordo
uição dos *royalties* e
especial do petróleo
o veto fosse derru-
idade que desagrad
tados produtores.

estes últimos nove
vitado submetê-lo
eração do Congres-
a que, antes, fosse
a solução consen-
diversos estados da

Federação. Sua apreciação foi afinal
marcada para o dia 5 de outubro
[amanhã] – explicou o presidente
do Senado.

Sarney já adiou a sessão do
Congresso Nacional pelo menos duas
vezes.

Direitos adquiridos

Ontem, José Sarney disse ser favo-
rável “à manutenção dos direitos
adquiridos dos estados produtores”
de petróleo e também à participa-
ção de todos estados na distribuição
das riquezas da União.

Questionado por jornalistas sobre
a pressão do governador do Rio de
Janeiro, Sérgio Cabral, para que se
adie a sessão de amanhã do Con-
gresso Nacional que votará o veto,

o presidente do Senado respondeu
que caberá aos líderes partidários,
e não a ele sozinho, tomar uma
decisão a respeito.

– O governador do Rio de Janeiro
tem conversado sempre comigo,
é meu amigo e sempre tivemos as
melhores relações. Mas, eu, como
presidente do Senado, tenho que
dividir minhas responsabilidades
com toda a Casa. É justamente isso
o que estou fazendo. Acho que esse
é realmente um assunto sério por-
que envolve a Federação e envolve
também os princípios republicanos.
Os homens públicos neste momento
devem ter essa visão.

José Sarney negou que a pre-
sidente Dilma Rousseff – que se
encontra na Europa, em viagem ofi-

cial – tenha lhe pedido que adiasse
a votação da matéria. Ele próprio
se disse contrário ao adiamento da
sessão marcada para amanhã por
entender que o Congresso Nacional
já teve prazo “razoável” para discu-
tir a partilha dos *royalties*.

– Ela [presidente Dilma Rousseff]
falou para votarmos em primeiro
lugar o PLS 448/11, do senador
Wellington Dias, que procura har-
monizar os interesses dos diversos
estados – explicou.

O encontro dos líderes partidários
do Senado e da Câmara dos Depu-
tados está marcado para hoje, às
14h30, na Sala de Audiências da
Presidência do Senado, conforme
informou ontem Sarney em pronun-
ciamento no Plenário.



Dornelles: parcela destinada a não produtores
passaria de R\$ 800 milhões para R\$ 11 bilhões

Dornelles quer elevar *royalties* para beneficiar estados não produtores

O senador Francisco Dornelles (PP-
RJ) afirmou ontem em Plenário que
os estados produtores de petróleo de-
fendem a participação de estados não
produtores nos resultados da explora-
ção. Ele destacou, porém, que o Rio de
Janeiro não pode ser prejudicado com
a modificação de contratos já firmados.

Para equacionar a redistribuição,
Dornelles defendeu proposta de
sua autoria (PLS 574/11) que eleva o
montante de *royalties* a serem pagos
para as futuras licitações, sob o novo
regime. Tais recursos seriam repartidos
com os estados não produtores.

O senador lembrou as mudanças
que o governo fez no regime de
distribuição:

– Com o regime de partilha, a par-
ticipação especial não mais será paga
pelas empresas. Logo, é lógico que elas
pagassem maior volume de *royalties* e
também que houvesse uma discussão
sobre o resultado do lucro da explora-
ção dessas empresas, que vai absorver
a participação especial que não existe
no regime de partilha – disse.

A proposta de Dornelles dá nova
disposição à distribuição do resultado
líquido que a União terá com o regime
de partilha. Os *royalties*, que no regime
de concessão são de 10%, passariam a
ser de 20%. Segundo o parlamentar,
pelo antigo regime, os estados rece-
bem, diretamente, as participações
especiais e, indiretamente, parcelas dos
lucros que as empresas têm no regime
de concessão, cujo Imposto de Renda
devido acaba sendo parcialmente
repartido via fundos de participação.

Agora, o senador propõe que toda
receita de comercialização da União
seja compartilhada, aplicando-se 50%
na constituição do Fundo Social, e 25%
nos fundos a serem repassados aos es-
tados e municípios, sendo 12,5% para
cada fundo, obedecendo à lógica cons-
titucional dos fundos de Participação
dos Estados e do Distrito Federal (FPE)
e Municípios (FPM) quanto aos crité-
rios de rateio. A participação restante
será distribuída na proporção de 20%
para estados produtores; de 4%, para
municípios produtores; e de 1%, para
municípios afetados por operações de
embarque e desembarque.

– A parcela da participação espe-
cial, que hoje é cobrada e devida aos
estados produtores e que, no regime
de partilha, vai ser lucro da União,
será destinada aos estados não pro-
dutores. Assim, de acordo com minha
proposta, os não produtores, que hoje
recebem R\$ 800 milhões do resultado
do petróleo, passariam a receber R\$
11 bilhões, um ganho que faria jus às
pretensões desses estados – detalhou
o parlamentar.

O texto também sugere que as em-
presas de petróleo paguem o Imposto
de Exportação, que seria repartido
com estados não produtores, e que o
Campo de Libra seja monetizado, pois
valeria US\$ 40 bilhões.



para a Baía de Campos, no estado do Rio de Janeiro: distribuição dos *royalties* entre estados produtores e não produtores está em discussão no governo e no Congresso

as abrirá caminho para votação

Com isso, teremos mais agilidade para votá-
lo antes da apreciação do veto [à Emenda
10].

O parlamentar disse não temer qualquer
tipo de manobra de senadores represen-
tantes dos estados produtores de petróleo para
impedir a votação. Seria uma “manobra
suicida”, porque, se o veto for derrubado,
será pior.

– Com a derrubada do veto, o Rio de

Janeiro, que recebe R\$ 10 bilhões, passará
a receber R\$ 1 bilhão. É isso que o Rio de
Janeiro quer? – indagou, lembrando que ir
à Justiça pode ser arriscado para os estados
produtores.

O senador voltou a defender que o PLS
448/11 permite equilíbrio e evita prejuízos
aos produtores, principalmente ao Rio de
Janeiro.

Sobre pedido do governador Sérgio Cabral

para que houvesse mais negociação em torno
do assunto, ele disse que só vale negociar
se as partes estiverem dispostas a abrir mão
de algo.

– Se as posições forem as mesmas, não há
por que continuar negociando. A União está
contribuindo para um acordo. E os estados não
produtores também chegaram a um limite.
Ou tem abertura para novos parâmetros para
o entendimento ou é melhor votar o projeto.

promove justiça social

assinalou que
tém as receitas
os produtores e
ercentuais para
recursos a áreas
(40%), investi-
estrutura (30%)
e tecnologia,
adicação da mi-
meio ambiente

lembrou que o
a distribuição,
bilhões para a
as para estados
dutores e R\$ 8
os e municípios

não produtores.
– Esses valores evitam um dese-
quilíbrio das receitas dos estados
produtores, para que continuem
recebendo, no mínimo, o valor
nominal recebido em 2010 e o
excedente seja distribuído entre
todos os entes da Federação,
com base nos critérios do Fundo
de Participação dos Estados e
do Fundo de Participação dos
Municípios.

O senador reconheceu que há
problemas na utilização das ali-
quotas do FPE na distribuição dos
royalties, mas admitiu sua adoção
em caráter provisório.

Wilson Santiago defende uso de recursos para reduzir desequilíbrios regionais

Wilson Santiago (PMDB-PB) defendeu
ontem uma divisão dos *royalties* que
beneficie todo o Brasil, com ênfase na
melhoria da qualidade de vida dos es-
tados e municípios mais pobres. O senador
afirmou que todos os países produtores
de petróleo priorizaram suas regiões ca-
rentes e lamentou que “alguns estados
brasileiros acreditem sair em desvantagem
com a nova divisão de recursos”.

– O petróleo é um bem do Brasil e não
de um estado específico. Os recursos
provenientes de sua exploração e produ-
ção devem ser usados para fazer justiça
social e reduzir desequilíbrios regionais,

que é aquilo que determina a própria
Constituição – ressaltou.

Para ele, os recursos dos *royalties* são
essenciais para o desenvolvimento do
Nordeste, em especial para programas
sociais, educacionais e de saúde, e disse
que o semiárido precisa ser “acudido” por
todos que têm a consciência de que o Bra-
sil precisa desenvolver-se integralmente.

Em apartes, José Pimentel salientou o
aumento da demanda social no Nordeste
diante do retorno das famílias à região
em busca de oportunidades. Welling-
ton Dias elogiou o trabalho de Wilson
Santiago pelo Nordeste.

Evento do governo em Manaus também marca início do Programa Bolsa Verde, que complementa renda de agricultor que vive em áreas federais de preservação ambiental

Brasil sem Miséria chega à região Norte, destaca Vanessa

VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB-AM) destacou o lançamento na última quarta-feira, em Manaus, do Programa Brasil Sem Miséria na região Norte. Segundo ela, a região representa 17% da meta do governo de tirar mais de 16 milhões de pessoas da pobreza absoluta.

Estiveram presentes ao evento, conforme frisou a senadora, a presidente Dilma Rousseff, os sete governadores dos estados da região Norte, ministros e parlamentares.

– O programa mostra a determinação do governo federal de dar continuidade à política de erradicar a pobreza extrema no Brasil – afirmou Vanessa.

Ela lembrou que recente pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que a pobreza no Brasil diminuiu 24% nos últimos nove anos. O desempenho da economia e a formalização do mercado de trabalho foram as razões apontadas pela senadora para a queda da pobreza.

Bolsa Verde

Vanessa ressaltou que o governo aproveitou o evento para lançar o Bolsa Verde, programa



Fotos de Waldemir Barreto/Senado Federal

Senadora ressaltou que, em 9 anos, houve redução de 24% no índice de pobreza

que garante renda trimestral de R\$ 300 para o agricultor que mora em áreas federais de preservação ambiental. O objetivo é ajudar no sustento da família

e na manutenção da vegetação nativa.

– O programa contribuiu para o desenvolvimento humano e para a preservação ambiental.

Wellington festeja resultados do Luz para Todos

O senador Wellington Dias (PT-PI) fez ontem um balanço do Programa Luz para Todos no Piauí. Ele lembrou que o programa foi lançado pela então ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff no município de Novo Santo Antônio, onde apenas 8% da população contava com energia elétrica. Segundo o parlamentar, em 2003, 80% da população rural do Piauí usava lamparinas.

– Hoje, temos aproximadamente 1 milhão de pessoas atendidas. Com mais 20 mil ou 30 mil famílias completaremos 100% da população do estado atendida por rede de energia elétrica – contabilizou.

Wellington Dias relatou visita à região de Esperantina para inaugurar obras realizadas pela Eletrobras e pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), que passam a beneficiar 10.515 pessoas com energia elé-

trica. O investimento foi de R\$ 15,34 milhões. Ele disse que, em cem municípios do Piauí, 100% da população já é atendida com energia elétrica.

Wilson Santiago (PMDB-PB) disse que o Luz para Todos tem um significado grande para a

população pobre. Ele assinalou que habitantes pobres do interior, com 70 ou 80 anos idade, nunca haviam desfrutado de energia elétrica em suas casas.

– Imagine nossa felicidade quando apagarmos o último candeeiro – declarou Santiago.



Segundo senador, programa já levou luz elétrica a 1 milhão de pessoas no Piauí

CE debate resultados do Enem e rumos da escola pública

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza hoje audiência pública sobre os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2010 e os rumos da escola pública desse nível de ensino. Foram convidados o ministro da Educação, Fernando Haddad, e a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Maria Nilene Badeca da Costa. A reunião foi proposta por Cristovam Buarque (PDT-DF) e Paulo Bauer (PSDB-SC).

Nos últimos anos, o Enem, um exame voluntário, tem recebido críticas e sido alvo de denúncias em relação a sigilo das provas, a erros nas ques-

tões e até a gabarito invertido, que levaram o Ministério da Educação a elaborar uma proposta de mudança do exame. Os principais objetivos são democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.

As universidades poderão optar entre quatro possibilidades de uso do Enem: como fase única, com o sistema de seleção unificada, informatizado e on-line; como primeira fase; combinado com o vestibular; e como fase única para as vagas remanescentes do vestibular.

Sancionada transferência de recursos para educação infantil

A presidente Dilma Rousseff sancionou na última quinta-feira a Lei 12.499/11, que autoriza a União a transferir recursos a municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de escolas de educação infantil. O Congresso Nacional aprovou a abertura de crédito especial de R\$ 88,3 milhões para essa finalidade na terça-feira passada.

O projeto de lei de conversão (PLV 22/11) elaborado a partir da Medida Provisória 533/11, e que deu origem à lei, foi aprovado pelo Senado em 14 de setembro. Na ocasião, a oposição criticou o governo por autorizar a transferência de recursos que, até então,

sequer estavam garantidos no Orçamento.

Para ser beneficiado, o estabelecimento precisa ter sido construído com recursos de programas federais; estar em plena atividade; e estar cadastrado em sistema específico mantido pelo Ministério da Educação. Por outro lado, o estabelecimento ainda não pode estar computado no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A distribuição dos recursos ficará a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Projeto na CI facilita compra de peças de reposição para carros

Proposta que obriga o fabricante e o importador de veículo a inserir, no manual do proprietário, a relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o automóvel está na pauta de quatro itens da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) de quinta-feira.

Apresentado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o objetivo do projeto (PLS 125/10) é facilitar a compra de peças de reposição, além de estimular a concorrência no mercado dessas peças, criando expectativa de queda no preço.

Outro projeto incluído na pauta da CI beneficia as sociedades cooperativas, que poderão passar a excluir, da base de cálculo da Cofins e do PIS-Pasep, valores repassados aos associados decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros.

O benefício está previsto em projeto (PLS 336/11) de Marta Suplicy (PT-SP), para quem a proposta contribuirá para o aumento da formalização do trabalho, por meio do cooperativismo, além de propiciar maior competitividade e melhor prestação do serviço de transporte de passageiros.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cicero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Alvaro Dias • Ana Amélia • José Sarney

* Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Ficha limpa para assumir cargo público

Pessoas que tiverem sido condenadas criminalmente poderão ser impedidas de assumir cargos públicos, efetivos ou comissionados, mesmo que o processo ainda seja passível de recurso e desde que a sentença

tenha sido proferida por órgão colegiado. A medida, inspirada na Lei da Ficha Limpa, consta da PEC 30/10, que integra a pauta da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A PEC inclui inciso no artigo 37 da Constituição federal, que dispõe sobre princípios a serem seguidos pela administração pública federal, estadual e municipal.

Em seu voto favorável, o re-

lator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), concorda que a exigência de ficha limpa seja também condição para contratação de servidores públicos e apresentou emendas de redação, aprovadas na CCJ.

CCJ deve extinguir coligações em eleições proporcionais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve confirmar apoio à proposta de emenda à Constituição que acaba com as coligações partidárias nas eleições proporcionais (PEC 40/11). O texto foi aprovado em junho na comissão e seria apreciado em Plenário, mas voltou à CCJ em virtude da decisão de o projeto tramitar em conjunto com a PEC 29/07, que trata do mesmo tema. A matéria está na pauta de amanhã.

De acordo com a PEC 40/11, são admitidas coligações apenas nas eleições majoritárias (presidente, governador, prefeito e senador). O texto mantém a determinação constitucional vigente que assegura autonomia dos partidos para estruturação e organização interna, prevendo em seus estatutos normas de fidelidade e organização partidária. Também mantém a não obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual,

distrital e municipal.

O parecer do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), é pela aprovação, assim como havia sido decidido em junho. Após a decisão da CCJ, o texto retornará para o Plenário.

Raupp rejeitou emendas apresentadas pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), prevendo a possibilidade de agregação das legendas em torno de uma federação de partidos. Valadares já havia apresentado emendas semelhantes quando da primeira votação na CCJ.

Na eventualidade de o relatório de Raupp ser derrotado, os senadores da CCJ analisam voto em separado apresentado pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), pela rejeição das duas PECs. Inácio Arruda argumenta que as propostas reduzem a participação das minorias político-partidárias e "conflitam com o pluralismo político, um dos cinco fundamentos da República Federativa do Brasil".

Enquete ouve cidadãos sobre o fim do voto secreto

Você é a favor ou contra a proposta de acabar com o voto secreto no Congresso Nacional? Essa é a questão da enquete da primeira quinzena de outubro na Agência Senado. Até o final da tarde de ontem, mais de 1,3 mil cidadãos haviam votado. A maior parte, cerca de 95%, se manifestou a favor do fim do voto secreto. A enquete

ficou disponível no lado inferior direito da tela no Portal de Notícias do Senado. As propostas de emenda à Constituição (PECs) que tramitam no Senado acabam com o voto secreto em diferentes situações. A PEC 38/04, do então senador Sérgio Cabral, prevê o voto aberto nos casos de perda de mandato do parlamentar e rejeição de veto presidencial. Nos termos de texto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), também devem ser abertas as votações do Senado nas indicações de presidente e diretores do Banco Central e de chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Outra proposta que prevê o fim do voto secreto e que aguarda inclusão na ordem do dia é a PEC 50/06, do senador

Paulo Paim (PT-RS). De acordo com o texto, o voto secreto seria extinto em todos os tipos de matéria. Substitutivo apresentado pelo então senador Tasso Jereissati, no entanto, prevê o voto aberto nos mesmos casos previstos na PEC 38.

De acordo com ambas as propostas, há permanência do voto secreto no exame de indicações para magistrados, de ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) indicados pelo presidente da República e do procurador-geral da República. O texto sobre a PEC 50 prevê, ainda,

voto secreto para a aprovação de nomes de presidente e diretores de agências estatais vinculadas à inteligência e aos assuntos estratégicos. Também na Câmara dos Deputados tramita proposta que busca acabar com o voto secreto.

A PEC 349/01, do então deputado Luiz Antonio Fleury, veda o voto secreto nas deliberações do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado e estende a vedação às assembleias legislativas dos estados, à Câmara Legislativa do Distrito Federal e às câmaras municipais.

Para participar da pesquisa, vote no Portal de Notícias do Senado. Mais de 1,3 mil já votaram

Alvaro quer esclarecimentos sobre denúncias no Dnit

Novo diretor-geral, Jorge Fraxe, é acusado pela revista *Veja* de saber de propina em convênio do órgão. Senador elogia fiscalização do TCU e lamenta impunidade

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) anunciou que apresentará à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) requerimento para que o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Jorge Fraxe, preste esclarecimentos sobre denúncia divulgada pela revista *Veja*. Segundo a publicação, Fraxe é acusado de ter conhecimento de propina paga pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Ambiental (Inda) para garantir a assinatura de um convênio com o Dnit.

Recentemente, o Ministério dos Transportes e o Dnit foram alvo de denúncias de superfaturamento que culminaram com a queda do antecessor de Fraxe no Dnit, Luiz Antônio Pagot.

– Uma das poucas certezas que existem é a de que as coisas mudam, mas nesse caso não há mudança. Os desvios são preservados, a impunidade prevalece, a presidente demonstra insegurança em relação à questão ética, e o país vai assistindo a esse



Para Alvaro Dias, a presidente tem se mostrado insegura e a corrupção aumenta

espetáculo da corrupção sem fim – lamentou o parlamentar.

Alvaro Dias elogiou o trabalho de fiscalização feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que encontrou recentemente indícios de irregularidades graves em 23 obras, 15 tocadas pelo Dnit e oito pela empresa pública Valec. Quinze integrariam o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Na avaliação de especialistas, disse Alvaro Dias, um problema é a ausência de projeto executivo nas grandes obras de infraestrutura, que se tornam "portais

abertos à corrupção".

– Em que pese a tentativa de se instalar CPI, a notícia de que havia uma faxina em andamento nos ministérios em Brasília, esses fatos foram insuficientes para reduzir a corrupção. Ao contrário, houve, como se vê, um aumento de 23% em relação a 2010. Foram expedidas 39 medidas cautelares e suspensas 30 licitações e contratos, uma média de quase três ocorrências por semana, segundo relatório do Tribunal de Contas da União. Isso é muito grave – protestou o senador.



Último recurso foi considerado improcedente, diz o senador

Mozarildo: cassação do governador está próxima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem que a cassação do mandato do governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, pode ser confirmada e efetivada em breve. Ele ressaltou que o governador teve seu mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) em fevereiro por abuso do poder econômico e político e uso indevido de meios de comunicação estatais. Desde então, ele e o vice-governador vêm recorrendo dessa decisão e, por meio de liminar concedida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estão no cargo até agora.

Segundo o senador, o último recurso foi um embargo de declaração, considerado improcedente pela Procuradoria-Geral Eleitoral de Roraima. Assim, explicou, o Ministério Público Eleitoral de Roraima confirmou a decisão do TRE que cassou os dois mandatos. Em pouco tempo a decisão do TRE terá de ser efetivada e o governador e o vice perderão seus mandatos.

– Não fiquem desencantados. Podem confiar na Justiça Eleitoral. O afastamento do governador já cassado é questão de dias. Não há como escapar dessa cassação. É pena que, enquanto isso, o governador fique no cargo praticando todo tipo de desmandos – disse.

Para senadora, funcionários do BB podem ser prejudicados



Ana Amélia teme efeito de aumento do teto da Previ

Ana Amélia (PP-RS) alertou para a possibilidade de a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) aumentar seu teto de aposentadoria complementar de R\$ 27 mil para R\$ 80 mil e lembrou já ter apresentado requerimento solicitando informações sobre o impacto financeiro e atuarial dessa medida. Para ela, a medida vai de encontro à "corajosa iniciativa" da presidente Dilma Rousseff de "enfrentar os altos salários no poder público".

A senadora teme que os aposentados e os funcionários do Banco do Brasil sejam prejudicados com o aumento do teto da aposentadoria complementar. Ela recordou que uma falha da fiscalização federal no fundo de pensão dos trabalhadores da Varig fez com que hoje comandantes de jatos comerciais aposentados que deveriam ganhar R\$ 6 mil ganhem R\$ 250.

Ana Amélia comunicou também ter participado da abertura do 21º Congresso Gaúcho de Radiodifusão.

Uma das maiores preocupações dos radiodifusores é que a criação de um marco regulatório para o setor permita a interferência do poder público nos conteúdos jornalísticos, relatou a senadora.

Mais equilíbrio no mar dos direitos trabalhistas

Pescadores terão melhores condições para se regularizar, com incentivos de projeto em fase final de tramitação no Senado

OS TRABALHADORES DA pesca industrial no Brasil não se sentem motivados a regularizar sua situação trabalhista. Dos 965.406 pescadores registrados no Brasil, segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura, apenas 7.812 se apresentam como sendo da pesca industrial. Já os pescadores artesanais chegam a 957.594 (99,19%). A razão desse desequilíbrio é o seguro-desemprego a que os artesanais têm direito na época do defeso, quando não podem pescar devido à reprodução dos peixes. Assim, muitos pescadores industriais registram-se como artesanais e trabalham sem carteira assinada.

As estimativas da Federação Nacional dos Trabalhadores Aquaviários (FNTA) são de que, na verdade, o Brasil tenha mais de 100 mil trabalhadores na pesca industrial, muito acima dos 7.812 registrados pelo Ministério da Pesca. Além disso, segundo o próprio ministério, categorias que não atuam diretamente na captura ainda serão regulamentadas, para se adequarem à Lei da Pesca (Lei 11.959/09).

A distorção pode ser reduzida pelo projeto (PLS 423/09), que garante ao trabalhador da pesca industrial o piso salarial da categoria, em dinheiro, mais participação nos resultados da captura, com percentual definido em acordo ou convenção coletiva. Para as empresas, o projeto garante acesso a financiamentos e juros menores, pois equipara a atividade pesqueira à agropecuária, dando direito a políticas agrícolas.

– Com as desonerações, será possível investir melhor no parque industrial e oferecer formação profissional aos trabalhadores – comemorou o presidente do Conselho Nacional das Entidades de Pesca

e Aquicultura (Conepe), Fernando Ferreira. Ele conta que o setor no Brasil enfrenta competição desigual com a China, mas agora pode ter condições melhores.

– A energia elétrica, por exemplo, será 40% mais barata – exemplificou Ferreira.

Os representantes dos trabalhadores também estão satisfeitos com as novidades.

– O trabalhador da pesca industrial, sem o seguro-defeso, ficava no “vácuo” da legislação, e o projeto conserta isso – afirmou Luiz Pentead, presidente da FNTA.

Na verdade, a participação nos resultados da captura para os empregados já vem sendo praticada em muitas regiões do Brasil. No entanto, como não é prevista em lei, muitas vezes o Ministério Público do Trabalho multa as empresas.

Consenso

O texto final do projeto, aprovado dia 22 de setembro pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e prestes a seguir para a Câmara dos Deputados, foi construído em consenso com os interessados, segundo o relator na CRA, Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

– Com as mudanças, abre-se uma formidável janela de oportunidades, e o Brasil poderá tornar-se produtor mundial de pescado – explicou o senador.

As novidades do projeto vinham sendo esperadas pelos trabalhadores e pelas indústrias, já que a pesca depende das condições da natureza e ainda deve parar anualmente nos períodos de defeso. O da sardinha, por exemplo, dura seis meses. O do camarão dura quatro meses. Por isso, todos alegam que a atividade não pode receber o mesmo tratamento das indústrias.

Modificação fez projeto tratar apenas da modalidade industrial

O PLS 423/09 precisa ser votado em turno suplementar na próxima reunião da CRA antes de ser lido em Plenário e encaminhado à Câmara. Isso acontece porque Flexa Ribeiro modificou o projeto original, do senador licenciado Garibaldi Alves Filho, eliminando trechos sobre pesca artesanal e substituindo “salário mínimo” por “piso salarial” para a remuneração mínima para trabalhadores da pesca industrial.

Garibaldi criou o projeto para incluir alguns artigos na Lei da Pesca, depois que vetos do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva desagradaram ao setor. Entre os artigos vetados, estavam os sobre vínculo empregatício, pois se considerou que não havia definição de contratação comercial.

– Na época, estávamos animados com a criação do Ministério da Pesca, e os vetos foram um balde de água fria – disse Ferreira, do Conepe. Ele disse que agora há o desafio da aprovação na Câmara dos Deputados e antecipa que já planeja pedir uma audiência com a presidente Dilma Rouseff.

Flexa Ribeiro concorda que os vetos de Lula geraram “incômodas lacunas no ordenamento jurídico”. Devido ao que consideravam “vácuo” na legislação, muitos trabalhadores da pesca industrial ainda se apresentam como “artesanais”. A brecha é aproveitada por armadores. Os ministérios do Trabalho e da Pesca e Aquicultura cancelaram 91.822 registros de pescadores devido a suspeitas no seguro-defeso.



Muitos trabalhadores da pesca industrial se apresentavam como artesanais para receberem o seguro-defeso

Previdência

Direitos e deveres dos trabalhadores da pesca

Pescador artesanal



Os pescadores artesanais, que produzem individualmente ou em regime de economia familiar, sem empregados, são classificados como segurados especiais da Previdência Social. Nessa condição, têm direito a todos os benefícios. Para se aposentar por idade, devem comprovar o tempo de exercício de sua atividade, por meio de declaração emitida pelo dirigente do sindicato ou da colônia de pescadores à qual são filiados. O pescador artesanal só pode se aposentar por tempo de contribuição se, por conta própria, contribuir para o INSS.

Pescador profissional



O pescador profissional, inscrito no Registro Geral da Pesca (RGP) e com carteira emitida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, tem direito à aposentadoria por tempo de contribuição, porque normalmente já recolhe ao INSS como empregado de empresa do ramo pesqueiro.

Empreendedor



Desde julho de 2009, os pescadores artesanais com faturamento anual de R\$ 36 mil têm outra opção previdenciária, se optarem pela formalização no Programa de Empreendedor Individual no Simples Nacional. Nesse caso, pagam uma contribuição mensal cujo valor atual é de R\$ 33,25. Formalizando-se, o trabalhador terá direito a aposentadoria por idade, por invalidez e auxílio-doença. A família ficará protegida com pensão por morte e auxílio-reclusão, e a trabalhadora tem direito também ao salário-maternidade.

Contratos de parceria na pesca artesanal geram polêmica

Os trechos do projeto que foram eliminados no substitutivo apresentado por Flexa Ribeiro tratavam dos contratos de parceria – quando o pescador usa barcos e equipamentos de outras pessoas para depois dividir os resultados. O relator considerou que esse assunto já é previsto na Lei da Pesca e, se fosse detalhado ainda mais, poderia tirar a liberdade dos parceiros para adequarem os contratos às realidades regionais.

Até a Instrução Normativa 2 do Ministério da Pesca, de 25 de janeiro de 2011, já define que o pescador artesanal utiliza para seu trabalho “meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com arqueação bruta menor ou igual a 20 [medida de embarcação]”.

– Para os pescadores artesanais, o regime de trabalho em parceria já existe de fato – confirma o presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, que representa os pescadores artesanais.

Há quem alerte, porém, para os riscos dos contratos de parceria. A proporção adotada geralmente é de 80% para o dono do barco e 20% repartido entre os pescadores, em cotas. Na prática, a cota

individual de cada pescador dificilmente atinge o salário mínimo em um mês.

– Um pobre pescador diante de um armador obviamente será explorado. Não me venham dizer que serão sócios! – reclamou o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT) no Ceará, Agenor Lopes da Silva.

Nos três primeiros dias de julho deste ano, a UGT fez em São Paulo o 1º Encontro Nacional dos Pescadores Artesanais, com 649 pessoas de todo o Brasil, das quais 414 presidentes de colônias de pescadores. Ao fim da discussão, foi divulgada a “Carta de Praia Grande”, que prevê, entre outras coisas, intensificar a organização da categoria.

– Temos que dar estrutura sindical às colônias de pescadores. Hoje 190 delas têm registro sindical e um grande número está em processo de legalização – explicou Luiz Alberto Santos Silva, o Betinho, coordenador-geral da UGT. Segundo ele, o desafio é garantir projetos de geração de renda para pescadores artesanais, pois a subsistência não é interessante devido à concentração da cadeia produtiva.

– É como se os pescadores artesanais brasileiros fossem sardinhas tentando sobreviver em meio aos tubarões que são os atravessadores – afirmou o sindicalista.

Saiba mais

Seguro-defeso para pescador artesanal
<http://migre.me/5Pwzw>

Manual de Procedimentos para Implantação de Estabelecimento Industrial de Pesca
<http://migre.me/5PwvN>

Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2008-2009 (o mais recente)
<http://migre.me/5Pwvym>



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM
WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL